



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA**  
Estado do Espírito Santo

**LEI N. 1.078/2024**

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE IBATIBA PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2025”.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IBATIBA**, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI

**LEI**

**Art. 1º-** O Orçamento Geral do Município de Ibatiba-ES, para o exercício-financeiro de 2025, estima a Receita e fixa a Despesa em **R\$ 128.000.000,00 (cento e vinte e oito milhões de reais)**.

**Art. 2º-** A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e de outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

<b>Receitas Correntes</b>	<b>R\$</b>	<b>127.990.000,00</b>
- Receitas de Impostos, taxas e Contribuição de Melhoria	R\$	8.570.270,00
- Receitas de Contribuições	R\$	1.650.000,00
- Receitas Patrimoniais	R\$	5.898.730,00
- Receita Agropecuária	R\$	0,00
- Receita Industrial	R\$	0,00
- Receitas de Serviços	R\$	0,00
- Transferências Correntes	R\$	123.460.000,00
- Outras Receitas Correntes	R\$	530.000,00
- (-) Dedução p/ o FUNDEB	R\$	(12.119.000,00)
<b>Receitas de Capital</b>	<b>R\$</b>	<b>10.000,00</b>
- Operação de Crédito	R\$	0,00
- Alienação de Bens	R\$	10.000,00
- Transferências de Capital	R\$	0,00
<b>Receitas de Operações Intraorçamentárias</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$</b>	<b>128.000.000,00</b>

**Art. 3º-** A Despesa fixada à conta das Receitas acima relacionadas observará a

prescrição constante dos anexos que compõem este Orçamento Municipal. Legislação



Assinado digitalmente  
por LUCIANO  
MIRANDA

SALGADO-09262449700



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA**  
Estado do Espírito Santo

vigente especificada por Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Sub-Função, Programa e Projetos/Atividades, ficando o Poder Executivo autorizado a executá-la na forma prevista nesta Lei.

Função	Descrição da Função		VALOR
01	Legislativa	R\$	3.100.000,00
02	Judiciária	R\$	419.700,00
04	Administração	R\$	14.491.300,00
06	Segurança Pública	R\$	11.000,00
08	Assistência Social	R\$	5.141.556,00
09	Previdência Social	R\$	0,00
10	Saúde	R\$	34.215.200,00
12	Educação	R\$	46.814.640,00
13	Cultura	R\$	902.104,00
15	Urbanismo	R\$	8.778.000,00
16	Habitação	R\$	51.100,00
17	Saneamento	R\$	25.600,00
18	Gestão Ambiental	R\$	4.073.600,00
20	Agricultura	R\$	2.869.200,00
23	Comércio e Serviços	R\$	422.500,00
24	Comunicação	R\$	2.000,00
25	Energia	R\$	500,00
26	Transporte	R\$	5.072.500,00
27	Desporto e Lazer	R\$	1.589.500,00
99	Reserva de Contingência	R\$	20.000,00
<b>Total das Funções</b>		<b>R\$</b>	<b>128.000.000,00</b>

DESPESA POR ÓRGÃO		
<b>Poder Legislativo</b>	<b>R\$</b>	<b>3.100.000,00</b>
Câmara Municipal	R\$	3.100.000,00
<b>Poder Executivo</b>	<b>R\$</b>	<b>98.013.076,50</b>
Gabinete do Prefeito	R\$	2.175.200,00
Secretaria Municipal de Administração	R\$	4.577.700,00
Secretaria Municipal de Fazenda	R\$	4.471.100,00
Secretaria Municipal de Educação	R\$	46.917.340,00
Secretaria Municipal de Saúde	R\$	34.215.700,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	R\$	13.891.600,00
Secretaria Municipal de Interior e Transportes	R\$	4.822.900,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	R\$	2.970.200,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura e Turismo	R\$	4.047.804,00
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	R\$	1.630.500,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$	5.179.956,00
<b>Total dos Órgãos</b>	<b>R\$</b>	<b>128.000.000,00</b>



Autenticar documento em <https://camaraibatiba.nopapercloud.com.br/autenticidade>  
Assinado digitalmente por LUCIANO MIRANDA SALGADO:09363449700, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA**  
Estado do Espírito Santo

**Art. 4º-** O Poder Executivo Municipal poderá adotar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de Março de 1964, em realizar operações de Créditos por antecipação da Receita, de acordo com as disposições do artigo 167, III da Constituição Federal e Resolução do Senado Federal, com prévia autorização do Poder Legislativo.

**Art. 5º -** Fica o Poder Executivo Municipal de Ibatiba autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:

**I** – até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual, de acordo com o disposto no art. 7º, I e art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, utilizando como fonte de recurso as definidas no art. 43 da Lei Federal n.º. 4.320/64 e recursos de Convênios, conforme parecer consulta TCEES n.º. 028 de 08 de julho de 2004, até o nível de modalidade de aplicação, independentemente da fonte de recurso prevista para a despesa;

**II** – até 100% (cem por cento) do excesso de arrecadação, nos termos do inciso II, § 1º, e §§ 3º e 4º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64;

**III** – até 100% (cem por cento) do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I, § 1º, e § 2º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64;

**IV** – até 100% (cem por cento) do recurso de convênio firmado no exercício, conforme Parecer Consulta TCEES n. 028/2004;

**V-** até 100% (cem por cento) do produto de operações de crédito autorizadas, de forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, conforme inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64;

**VI** – até 50% (cinquenta por cento) do valor total das dotações de pessoal e encargos sociais que se encontrarem insuficientemente dotadas, mediante anulação de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**VII** – até 100% (cem por cento) das movimentações por anulação total ou parcial de dotações realizadas dentro do mesmo projeto ou atividade.



Autenticar documento em <https://camaraibatiba.nopapercloud.com.br/autenticidade>  
com o identificador 340037003800310030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA**  
Estado do Espírito Santo

**Parágrafo único:** Não serão considerados créditos adicionais suplementares que alteram o Quadro e Detalhamento da Despesa – QDD autorizados no caput do artigo, as movimentações de créditos ocorridas até o nível de modalidade de aplicação, observado a mesma modalidade de aplicação, grupo de natureza da despesa, categoria econômica da despesa, projeto/atividade/operação especial, subfunção, função, unidade orçamentária e órgão, visando atender às necessidades da administração.

**Art. 6º** - Não serão considerados créditos adicionais suplementares, mas sim movimentações de créditos, as movimentações ocorridas dentro de um mesmo órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, projeto/atividade/operação especial, categoria econômica da despesa, grupo de natureza da despesa, e modalidade de aplicação.

§ 1º. As movimentações de créditos ocorridas na forma do caput do artigo, não serão deduzidas da autorização contida no art. 5 desta Lei;

§ 2º. Ficam os Órgãos integrantes do Orçamento Municipal, autorizados a criar novos elementos de despesas, dentro de um mesmo órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, projeto/atividade/operação especial, categoria econômica da despesa, grupo de natureza da despesa, e modalidade de aplicação, não se configurado tais modificações, em alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa aprovado por esta Lei até o nível de modalidade de aplicação.

**Art. 7º** - O pagamento do serviço da dívida e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

**Art. 8º** - O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas do governo, instituições privadas, associações e cooperativas para o desenvolvimento dos programas, com ou sem ônus para o município.

**Art. 9º** - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública, nas áreas de educação, cultura e esportes, agricultura, saúde e assistência social.



Autenticar documento em <https://camaraibatiba.nopapercloud.com.br/autenticidade>  
como identificador 340037003800310030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
por LUCIANO MIRANDA  
SALGADO:09363449700  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA**  
Estado do Espírito Santo

§1º - Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Aplicação apresentado pela entidade beneficiada.

§2º - O prazo para prestação de contas será fixado pelo Poder Executivo.

§3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira a entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 10º** - O Poder Executivo estabelecerá normas para a realização das despesas, fixando medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, inclusive através de uma programação financeira, a fim de obter o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas.

**Art. 11º** - Esta Lei entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Autor: Prefeito Luciano Miranda Salgado.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito de Ibatiba - Estado do Espírito Santo, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro (04/12/2024).

LUCIANO MIRANDA  
SALGADO:09363449700

Assinado digitalmente  
por LUCIANO MIRANDA  
SALGADO:09363449700  
Data: 2024.12.04  
13:53:33 -0300

**LUCIANO MIRANDA SALGADO**

Prefeito Municipal



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://camaraibatiba.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340037003800310030003A005000

Assinado eletronicamente por **LUCIENE DE SOUZA** em **05/12/2024 12:53**

Checksum: **7759E94E50FF07FF4FBFAAA51821BEC6351E141A8D21704EAE9FAF464C9AFEB4**

